



OS CONCEITOS DE VERBO EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Alessandra Regina Perini; Luiz Francisco Dias
Universidade Federal de Minas Gerais, MG, Brasil
aperini2003@yahoo.com.br; luiz.francisco@uol.com.br

RESUMO

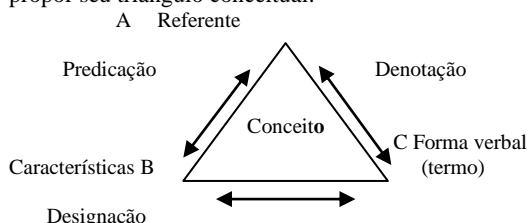
Este trabalho busca, através da análise dos conceitos de verbo apresentados nos manuais didáticos e dos exemplos que os acompanham, identificar as concepções teóricas que fundamentaram o processo de constituição de ambos, conceito e exemplo. Serão analisados, especificamente, o modo de enunciação do conceito, a sua filiação teórica e a relação com os exemplos que o demonstram didaticamente.

1 O CONCEITO

Nesta pesquisa, a discussão sobre conceito está baseada em três autores: Dahlberg (1978), Mota (1987) e Hardy-Vallée (2012).

Dahlberg (1978) defende a existência de conceitos individuais e conceitos gerais sendo que os primeiros estariam contidos nos últimos, isto é, os conceitos individuais estariam contidos nos conceitos gerais. Segundo a autora é possível formular enunciados sobre os conceitos individuais e/ou sobre conceitos gerais. Cada enunciado verdadeiro representa um elemento do conceito e a soma dos enunciados fornece o conceito em si.

Motta (1987) baseia-se no trabalho de Dahlberg para propor seu triângulo conceitual:



(MOTTA, 1987: 32)

Os elementos B, Características dos conceitos, servem para elaboração de predicações verdadeiras sobre A, Referente. Ambos, A e B, relacionam-se a C, isto é a Forma Verbal ou Palavra utilizada para sintetizar o conceito.

Para Hardy-Vallée (2012) existem dois termos diferentes Noção e Conceito. A noção faz referência ao conhecimento científico e generalizado; já o conceito faz referência às particularidades mentais do indivíduo não importando se estão corretas ou não. Seu trabalho que será aqui utilizado trata do conceito; entretanto o utilizaremos para discutir a noção já que nosso enfoque é o conhecimento científico e generalizado. Hardy-Vallée destaca cinco aspectos que, segundo ele, são recorrentes nas teorias sobre conceito: invariante; critério; aquisição e formato; função e organização. É de nosso interesse discutir dois desses aspectos: o invariante e o critério.

O invariante corresponde ao elemento recorrente a todos de sua categoria, ou seja, é o traço que possibilitará o

reconhecimento do elemento como pertencente a uma dada categoria. O critério é o estabelecimento de uma regra que permite ou não a inclusão de um determinado elemento em uma dada categoria. Pode ser de dois tipos: fregiano ou analógico.

O critério fregiano pode ser de dois tipos: descritivista e não-descritivista. Segundo Hardy-Vallée, “a principal característica do critério fregiano não-descritivista é fazer da capacidade de referir uma relação, não individual, mas coletiva”.

Assim sendo, interessa-nos aqui explicar o critério fregiano não-descritivista. Segundo o critério fregiano as categorizações são feitas a partir das condições (individualmente) necessárias e (conjuntamente) suficientes.

Opondo-se ao critério fregiano, os defensores do critério analógico argumentam que não é possível definir os conceitos a partir de CNS, pois algumas questões não são claras: a) A partir de quantas CNS o objeto pode ser inserido sob um conceito?; b) A retirada de quais CNS descaracterizaria o objeto e impediria de incluí-lo sob um dado conceito?

Para os defensores do critério analógico, as categorizações são feitas por um critério de semelhança. Portanto, o que une os elementos de uma categoria é a semelhança que é interpretada por Hardy-Vallée (2012: 72) como: “A se assemelha a B somente se houver pelo menos uma propriedade que A e B têm em comum e pelo menos uma que não têm em comum.”.

2 O EXEMPLO

Dias (2006) ao abordar a questão do exemplo afirma que Ele precisa ser geral o suficiente para demonstrar o conceito e, ao mesmo tempo, servir para que possamos tomá-lo como paradigma, no sentido de reconhecermos outros exemplos que também estariam amparados pelo conceito. (DIAS, 2006: 43)

Conforme se pode depreender de tal afirmação, a exemplificação está longe de ser um processo simples. Além disso, ela ganha maior destaque quando consideramos que os exemplos não são neutros; pelo contrário, eles aparecem como demonstração de uma

determinada corrente teórica, ou seja, são ideologicamente marcados.

Portanto, serão analisados a partir de três pontos de vista diferente: a) sua tipologia e localização; b) seu papel na apresentação do conceito e, conseqüentemente, a corrente teórica que o fundamenta.

2.1 Exemplo: tipologia e localização

Dias (2006) assinala a existência de duas tipologias de exemplificação: o exemplo-ilha, frequentemente adotado em gramáticas e manuais didáticos, e o exemplo-colmeia, contraponto oferecido pela teoria enunciativa. Nossa atenção se aterá ao primeiro tipo por ser exatamente aquele que encontraremos em nosso corpus.

O exemplo-ilha, segundo Dias, apresenta especificidades distintas quando usado na gramática e quando usado no livro didático. Quando utilizado nas gramáticas, esse tipo de exemplo é marcado por uma orientação à normatividade.

De fato, nas gramáticas tradicionais, principal fonte de consulta dos autores de manuais didáticos, o que se encontra são frases extraídas de seu contexto que possuem como única função ilustrar a regra exposta pelo gramático. Embora, em alguns casos, o próprio gramático afirme que “muitas vezes interferem situações especiais que escapam à disciplina da gramática” (BECHARA apud DIAS, 2006:45) ou que as regras “não são, porém, rigorosamente obedecidas na prática”. (CUNHA e CINTRA apud DIAS, 2006: 45) Conseqüentemente, o exemplo acaba “perdendo a capacidade de ganhar generalidade e se tornar demonstração, justamente o papel que dele se espera quando se torna exemplo na gramática”. (DIAS, 2006: 46)

A outra face dos exemplos-ilha é encontrada por Dias nos manuais didáticos em que os exemplos são construídos pelos próprios autores. Nesses casos, o exemplo é construído apenas para comprovar a afirmação teórica, tornando-se uma mera extensão do conceito, perdendo-se a capacidade de ganhar referência nos textos efetivamente utilizados pelo aluno, fato que obscurece o próprio objetivo do estudo gramatical. (DIAS, 2006: 47)

Portanto, para Dias (2006: 47), esses dois processos de exemplificação representam uma mesma tipologia: o exemplo-ilha que “ora são efetivos, mas não se integram ao conceito” e até mesmo o contrariam e “ora são apresentados em função do conceito, mas estão longe de se constituírem em peças efetivas do uso linguístico”, pois foram criados para ilustrar o conceito.

Marchello-Nizia (1977), outro dos autores que problematiza a questão do exemplo, aponta a existência de três práticas de apresentação do exemplo. O primeiro caso identificado pela autora é quando os exemplos seguem a apresentação da regra ou definição, isto é, aparecem após a regra de funcionamento ou definição. Ainda segundo a autora, esse é o caso mais frequentemente encontrado nas gramáticas escolares, nas destinadas ao ensino superior e nos trabalhos de história da língua.

O segundo caso é aquele em que os exemplos aparecem antes da regra. Segundo a autora, esse modo de apresentação do exemplo e da regra/definição é o utilizado no ensino de línguas mortas. O exemplo, neste caso, serve de modelo a ser seguido.

O terceiro caso é aquele que examina o uso que os linguistas fazem do exemplo.

Eles (os exemplos) servem de ponto de partida para elaboração de uma regra que suscita novos exemplos (e contra exemplos, [...]) determinando eles mesmos um estado mais elaborado da regra.

(MARCHELLO-NIZIA, 1977: X)

2.2 O papel do exemplo na apresentação do conceito

Estudo realizado por Dias (2007a) sobre as gramáticas brasileiras contemporâneas revelou a existência de três procedimentos de exemplificação, cada um associado a uma perspectiva teórica e metodológica. Essas perspectivas, que orientam a produção das gramáticas, são: a clássica, a estruturalista e a funcionalista.

A gramática tradicional, perspectiva clássica, retira seus exemplos, aleatoriamente, de obras de escritores. Ou seja, esse modelo de gramática, ao “expor o usuário a um padrão consagrado nos meios cultos”, busca determinar “um modelo de prestígio a ser seguido”. (DIAS, 2007a: 187-188)

Os exemplos utilizados pela perspectiva estruturalista são construídos pelo próprio gramático com a intenção de demonstrar uma regra ou conceito. O enfoque deste segundo tipo são os aspectos formais da língua. De acordo com Dias (2007) apud Dalmaschio (2008)

Conhecer uma língua inclui a aquisição e a capacidade de reconhecer dentro de uma sequência linguística um conjunto de traços formais aceitáveis como estruturantes de certa sequência como uma unidade de língua. (DALMASCHIO, 2008: 34)

O terceiro procedimento de exemplificação é o adotado pela perspectiva funcionalista. As gramáticas que se orientam por essa perspectiva apresentam exemplos pertencentes a um corpus específico.

3 ANÁLISE DOS MANUAIS DIDÁTICOS

A análise desses três manuais revelou três conceitos distintos e, conseqüentemente, três maneiras distintas de ensinar.

Em Cereja encontramos a clássica definição de verbo como palavra que indica “ação, estado, mudança de estado e fenômenos meteorológicos” acrescido da informação ou invariante, segundo Hardy-Vallée, “sempre em relação a determinado tempo”. Contudo não é apresentada nenhuma explicação sobre o que isso representa. Com um conceito como esse, o aprendiz poderá identificar outros verbos utilizando como critério a semelhança, critério analógico, e será pela motivado pela semelhança de sentido.

Os exemplos apresentados pelo manual são de dois tipos: extraídos do texto-base, propaganda, e criados pelos autores. Eles aparecem depois do conceito e têm como objetivo a fixação da regra.

Isto não é água (estado)

A água virou colírio (mudança de estado)

Choveu durante toda viagem (fenômeno meteorológico)
(CEREJA, 2009: 215)

Portanto, essa obra pode ser considerada como um representante da perspectiva clássica, pois retira seus exemplos de textos considerados adequados. Entretanto, os autores também fazem uso da perspectiva estruturalista, já que os exemplos também são criados em função da regra e com objetivo de reafirmá-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Tereza Cochar. *Português Linguagens. 6º ano*. São Paulo: Atual, 2009.

- [2] DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. *International Classification Verlag Dokumentation*. Munchen, 1978.
- [3] DALMASCHIO, Luciani. *Enunciação e sintaxe: modos de enunciação genéricos na ocupação do lugar de objeto*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- [4] DIAS, Luiz Francisco. Novas perspectivas no ensino de gramáticas na escola: o estatuto do exemplo em questão. In: OLIVEIRA, Sheila Elias de; SANTOS, Josalva Fabiana dos. *Mosaico de linguagens*. Campinas. Pontes/CELLIP, 2006b.
- [5] HARDY-VALLÉE, Benoit. *Qu'est-ce qu'un concept?* Toronto: University of Toronto, 2012. Postdoctoral Fellow.
- [6] MARCHELLO-NIZIA, Christiane. Les exemples dans le discours grammatical. In. *Langage* 45, 1977.
- [7] MOTTA, Dilza Fonseca. Método relacional como nova abordagem para a construção de tesouros. Rio de Janeiro, 1987.